

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 24-9-2020.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Dr. Goulart, Farid Germano Filho, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa e Mauro Zacher. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 115/20 (Processo nº 0294/20), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei do Legislativo nº 026/20 (Processo nº 0065/20), de autoria de Karen Santos. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte e quatro ao dia vinte e oito de setembro do corrente, tendo o Presidente informado que Paulo Brum assumiria a presidência deste Legislativo, em substituição, pelo mesmo período, e declarado empossado na vereança, em substituição a Reginaldo Pujol, pelo mesmo período, Farid Germano Filho, informando-o que integraria a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, em substituição a Paulo Brum. Também, foi apregoado documento firmado por Mendes Ribeiro, Líder da Bancada do DEM, informando o impedimento de Dinho do Grêmio em assumir a vereança do dia vinte e quatro ao dia vinte e oito de setembro do corrente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Hermes Zaneti, da Associação de Amigos(as) do Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito, que se pronunciou acerca da autonomia universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Karen Santos, Airto Ferronato e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Farid Germano Filho e Engº Comassetto. Em prosseguimento, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nos 007, 027, 091 e 094/20. Às quinze horas e vinte minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos à verificação de quórum para a 053ª Sessão Ordinária. (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Vinte e um vereadores presentes.

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Há quórum. Por favor, Sr. Diretor, apregoe as matérias apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições a apresentadas à Mesa.)

O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 24 a 28 de setembro de 2020. Em razão dessa licença, o Ver. Paulo Brum assume a presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre, em substituição, pelo mesmo período.

O Ver. Mendes Ribeiro, na condição de líder da bancada do DEM, informa o impedimento do suplente Dinho do Grêmio em assumir a vereança no período. A Mesa declara empossado o Ver. Farid Germano Filho, no período de 24 a 28 de setembro de 2002, em substituição ao Ver. Paulo Brum, que integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação de Amigos (as) do Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito, que tratará de assunto relativo à autonomia universitária na UFRGS, um patrimônio científico e cultural em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. O Professor Hermes Zaneti, ex-deputado federal, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. HERMES ZANETI: Boa tarde a todos e a todas. Quero deixar registrado, primeiramente, a minha homenagem ao presidente, Ver. Reginaldo Pujol, que foi meu colega na Pontifícia Universidade Católica; registrar também, com muita satisfação, a presença e cumprimentar o Ver. João Carlos Nedel, na presidência dos trabalhos. Srs. Vereadoras e Sras. Vereadoras, cumprimento V. Exas. em nome de um velho amigo, nos tempos de CPERS e de... (Problemas na conexão.) ...que fez os trâmites para viabilizar esta oportunidade, refiro-me ao Ver. Adeli Sell, e em nome dele também homenageio os vereadores e vereadoras, incluindo aí o meu velho amigo, Ver. Airto Ferronato. Vou ocupar esta Tribuna Popular em nome do Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito, entidade da vida civil, instalada em 4 de abril de 2016, no salão de Atos nº 2 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse Comitê reúne atualmente mais de 300 profissionais universitários de diferentes áreas de conhecimento e atuação profissional, e tem como objetivos a luta em defesa da

democracia e do estado democrático de direito pelo desenvolvimento nacional autônomo com equidade social.

Agradeço ao professor Benedito Tadeu César, que, no exercício da coordenação-geral, construiu a minha indicação para essa honrosa missão. Aceitei essa indicação porque tive uma vida dedicada à educação, sendo duas vezes presidente do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul, quando enfrentamos a ditadura militar e construímos o maior sindicato da América Latina na época; duas vezes eleito presidente da Confederação de Professores do Brasil, hoje, CNTE; duas vezes eleito diretor da Organização Mundial de Professores; dirigente da Comissão de Educação da Câmara de Deputados Federais; também presidente da subcomissão de Educação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1988. Sinto-me desafiado a dar a minha modesta contribuição ao enfrentamento de uma situação inaceitável, que é a nomeação do professor Bulhões como reitor da UFRGS. Não se trata aqui de discutir legalidade, mas de legitimidade. Como sabemos, tudo que é legal, necessariamente não é legítimo, até porque, no caso presente, estamos diante de uma lei com fulcro no entulho autoritário da ditadura militar, bem nos alertou o saudoso amigo e companheiro na Câmara e na Assembleia Nacional Constituinte, saudoso professor Florestan Fernandes, que esse entulho deveria ter sido removido, não se o fez e hoje ainda serve para algum desatino. A escolha de reitores para as universidades federais brasileiras se dava perante a consulta à comunidade universitária, feita a consulta nos termos da lei e do Estatuto da UFRGS, de forma virtual, foram votados pela ordem, em primeiro lugar, o Prof. Rui Vicente Oppermann, atual reitor; em segundo lugar, a Prof.^a Karla Maria Müller; e, em terceiro lugar e muito distante, o Prof. Carlos André Bulhões Mendes. Seguindo os trâmites, tal resultado foi encaminhado ao Conselho Universitário, órgão superior da universidade, composto por um colegiado de 77 membros, que aprovou a consulta, organizou a lista tríplice e a encaminhou ao Ministério da Educação para finalmente chegar ao Presidente da República para nomeação do reitor, sempre na convicção que seria respeitada, conforme tradição já firmada que este seria o primeiro da lista, ainda mais tendo em conta a expressiva maioria obtida pelo primeiro colocado Prof. Rui Oppermann. No total de 77 membros, no Conselho Universitário, o Prof. Oppermann obteve 45 votos; a Prof.^a Karla Maria, 29 votos; e o Prof. Bulhões, 3 votos. Três votos, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Como o Presidente da República tem costumeiramente afirmado sua legitimidade por ter obtido mais de 50 milhões de votos na eleição presidencial, seria razoável pensar que valorizaria quem tem votos, quem goza da admiração e prestígio comprovados na avaliação eleitoral a que se submeteu. Mas não, escolheu quem não tem voto, e daí a questão da legitimidade que castra a autonomia, senão, vejamos. No jornal Zero Hora de ontem, em longa entrevista de página inteira, o escolhido pelo Planalto, afirma que, assim que for a Brasília, agradecerá ao Ministro da Educação e, se tiver oportunidade, ao Presidente da República por ter sido o escolhido. O problema é que isso mostra o sentimento de servir a quem deve o favor da nomeação, e não o de lutar pela universidade autônoma. Isso ficou claro quando o mesmo ungido pelo poder central, em entrevista ao programa Bom Dia Rio Grande, da RBSTV, em 18 de setembro, disse que “pouco do recurso público

será destinado aos programas sociais [no que eu concordo] e que vai se tornar mais difícil o acesso à verba pública”. Tenhamos em mente que no orçamento de 2021 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul já terá uma redução de 16% sobre o orçamento de 2020. Sem legitimidade, como fará para mobilizar a universidade na busca de verbas necessárias à manutenção da excelência dos trabalhos que a universidade vem desenvolvendo e que a credencia em alto conceito na comunidade nacional e internacional, a ponto de ter sido avaliada pelo próprio MEC como a melhor universidade pública do Brasil consecutivamente nos últimos oito anos.

Há um ponto, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, da mais alta gravidade: tentando desconstruir um trabalho sério que a universidade vem desenvolvendo na área do ensino, da pesquisa e da extensão, com 45 mil pessoas envolvidas, sendo 27.400 alunos de graduação; 12.500 alunos de pós-graduação; mais de 2.900 docentes, dos quais 91% com doutorado; 2.500 funcionários administrativos, com atividades de extensão comunitária alcançando a 50.700 pessoas, é o de ser acusada de esquerdismo, de alinhamento político partidário, de alinhamento ideológico, como tem sido a tônica para todas as universidades públicas brasileiras. Essa acusação é, sim, para justificar a implantação de um viés ideológico pretendido pelo Sr. Presidente da República, em afirmações reiteradas pelo ex-Ministro da Educação e nunca desmentidas pelo atual. Escreveram no art. 207 da Constituição Federal que as universidades gozam de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Esse princípio constitucional está sendo desrespeitado, agredido porque um reitor sem legitimidade não conseguirá mobilizar a comunidade em defesa desses princípios. Tomemos como exemplo sua afirmação de que os recursos escassos devem ser priorizados nos programas sociais, no que ele, na afirmação dele, concorda. Não há que se cogitar em fazer escolhas entre essas duas opções. A luta da Universidade de vencer e de construir uma sociedade mais justa, mais igualitária, libertando-a da escravidão do rentismo, da escandalosa dívida pública que, segundo o próprio Presidente Bolsonaro, consome mais de R\$ 1 bilhão por dia, só de juros, sendo mais de R\$ 3 bilhões por dia, se levarmos em conta juros e demais encargos.

Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu os conclamo a uma luta séria e dura, mas necessária à defesa do grande serviço que a Universidade Federal tem prestado ao Município de Porto Alegre, cujo o povo, a Câmara representa. Defender a nomeação do primeiro colocado na lista votada na comunidade universitária, professor Rui Vicente Oppermann, é defender o valor do voto, é defender a democracia, é defender o trabalho que vem sendo com qualidade numa universidade plural, crítica, competente, que tem orgulhado Porto Alegre, o Rio Grande do Sul e o Brasil. O prestígio de nossa universidade é um cartão de apresentação para Porto Alegre e para o Rio Grande do Sul, não podemos deixar que o comprometam.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, professor Zaneti. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde Presidente; boa tarde colegas; boa tarde ao convidado. Eu fico impressionada com algumas falas de algumas pessoas que não entendem o que significa uma lista tríplice. Lista tríplice significa que, dentre três pessoas, o chefe maior do Estado pode escolher qualquer uma, mesmo que essa seja a menos votada. Até porque a escolha do reitor da UFRGS ocorre através de um processo de três etapas. Primeiro, são submetidas chapas de candidatos ao conselho universitário, que é a instância superior da Instituição; posteriormente, ocorre uma consulta à comunidade acadêmica que elabora uma lista tríplice, na qual é votada nesse conselho universitário e encaminhada para a escolha do Presidente da República, conforme o Decreto de 1996. Ou seja, a lista tríplice tem três nomes, e o Presidente da República tem toda a autoridade de escolher quem ele deseja como reitor, e assim o faz e assim é que deve acontecer. Espantou-me muito o professor que me antecedeu e que fez toda uma fala contra o Presidente, contra a democracia, porque é tradição, porque é costume. Ora, o Prof. Carlos André Bulhões tem anos de universidade federal e, se não fosse capacitado para estar à frente da reitoria, não estaria na lista tríplice. Parece-me, sim, que algumas pessoas, e tenho certeza que o Ver. Eng^o Comassetto que vai falar depois de mim, deve entender que, como acontecia sempre, apenas aqueles que têm uma ideologia de esquerda é que devem estar à frente da Universidade Federal. Acabou o tempo, chegou; o Presidente da República com 58 milhões de votos é quem escolhe, assim está na lei, assim acontece em outras instituições, e as pessoas, simplesmente, têm que acatar, é assim que funciona. Mais do que isso, o agradecimento, dito aqui pelo o convidado, que o novo reitor iria fazer um agradecimento ao Ministro da Educação e, se possível, ao Presidente, nada mais é do que uma cordialidade em respeito àquele que é o detentor do governo federal e a quem todos nós estamos engajados, tenhamos votado ou não no Presidente da República. Por isso que a educação vai de mal a pior, porque as pessoas não sabem acatar ordens, porque as pessoas não entendem o que é disciplina, porque as pessoas não entendem que é o Presidente da República que escolhe o reitor da universidade federal e ponto final. Agora, ficam com esse mimimi, que só desgasta, querendo colocar os alunos contra o reitor. É quase como aquele filho que diz para o pai e para a mãe que quer morar sozinho, mas que o pai e mãe continuam a pagar suas contas. Quem paga a conta da universidade federal é o governo federal, e ele... (Problemas na conexão.)

Então, fico muito chocada ao ver um professor falando em ditadura militar e falando mal do Presidente da República, logo na educação, por isso que a educação está do jeito que está. Precisamos mudar esses modelos o quanto antes, porque senão nós teremos este País, ainda, com esses 16 anos que foram roubados pela esquerda, milhões de reais roubados e colocados em outros países, roubando a esperança dos brasileiros. Tempos novos virão! Graças a Deus que os brasileiros estão acordando e que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul seja conduzida pelas boas mãos do

professor Bulhões, porque se assim ele foi empossado pelo Presidente é porque ele tem capacidade, conhecimento e *expertise* para fazê-lo. Então, muito obrigada aos colegas e vida longa à Universidade Federal, nessa nova vida que ela vai tomar a partir de 2021.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Obrigado, Luiz Afonso, Diretor Legislativo. Quero cumprimentar o Ver. João Carlos Nedel, que está dirigindo os trabalhos; cumprimento todos os nossos colegas vereadores e vereadoras. Em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, em nome do Ver. Adeli Sell, do Ver. Marcelo Sgarbossa, do Ver. Aldacir Oliboni e em meu nome, cumprimos o professor Hermes Zaneti, que tem história construída em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil. E as suas palavras aqui vêm ao encontro do clamor da sociedade brasileira neste momento, que pede socorro pelos desmandos que estão sendo feitos no Brasil, de uma forma autoritária, de uma forma prepotente, de uma forma nada republicana. E fico aqui muito tranquilo em poder dizer algumas palavras em nome do meu partido, justamente vindo de quem veio, de um deputado federal constituinte, que não é, não foi do meu partido, que ajudou a escrever a nossa Carta Magna. O que tem que estar em primeiro lugar? O Presidente tem que estar respeitando a Constituição e não negando a Constituição, não querendo rasgar ou chamar os entulhos autoritários a motivar a sociedade para querer dar golpes, e inclusive desconstituindo o papel legítimo das instituições, seja do Exército Brasileiro, seja das universidades. E no caso da universidade, nós não podemos, neste momento, apoiar qualquer pessoa que venha na linha negacionista, que negue a ciência, que negue a educação para todos, que negue a inclusão social, que não proteja as minorias. E o que foi que o mundo viu esta semana? O Brasil foi novamente chacota do mundo com o pronunciamento e as *fake news* de um presidente da República nas Nações Unidas, onde disse que não tem queimadas e não tem destruição do patrimônio que é de todo brasileiro, onde disse que não tem agressão ou mortandade dos povos indígenas. O discurso do presidente vem fomentando o que tem de mais atrasado na humanidade que é a lógica dos garimpeiros, para matar, para destruir, para fazer barbaridades com o povo e as nações legítimas deste País. Eu poderia dizer muito mais, mas desde a fundação da universidade de Bolonha, que é a primeira universidade no mundo, vem se construindo os processos de autonomias universitárias, de defender que esses processos evoluam sem ter o crivo ideológico ou as posturas que são negacionistas da ciência, que limitam a ciência. Foi uma vergonha para o Brasil e é uma vergonha no Banco Mundial neste momento, o ex-secretário da educação com seu arroubo, com sua postura de discriminação, com sua postura contra a ciência brasileira, com grandes cortes feitos. E não é dinheiro do Presidente da República, os recursos que são utilizados na educação brasileira são recursos dos seus

contribuintes e devem retornar para todos os seus contribuintes em forma de educação, em forma de conhecimento, em forma de ciência, em forma de inclusão. Portanto, professor Hermes Zaneti, conte com o apoio da bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e estamos juntos numa grande frente nacional em defesa da República, em defesa da Constituição, em defesa da democracia e contra as posturas autoritárias aqui de Porto Alegre a Brasília, que tentam, com as suas minorias intransigentes, querer impor sobre as maiorias a sua visão de desconstituir direitos que são republicanos. Conte conosco! Um grande abraço, e continua na luta, professor Hermes Zaneti, o senhor muito nos orgulhou construindo esta instituição, que agora, juntos, precisamos defender. E viva a universidade livre, viva a universidade que inclua, viva a universidade que traga o conhecimento universal, que não seja tutelada por posturas rebaixadas ideologicamente, como está representada, neste momento, pelo Bulhões. E que seja empossado, de direito, o legítimo reitor da universidade, que é o Rui Oppermann. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Ver. Eng^o Comassetto. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, pessoal; Prof. Zaneti, obrigada por trazer a esta Tribuna Popular um tema tão importante. Participei dos dois manifestos que já aconteceram na universidade. É um absurdo um governo que nega a ciência, 95% da pesquisa brasileira é produzida pelas universidades públicas; um governo negacionista, um governo que não se importa. E a gente vem refletindo sobre isso, com mais de 130 mil pessoas que foram mortas por esse vírus e que poderia ter sido evitado. Um governo que defende que a terra é plana, um governo com esse tipo de ideal e que alimenta esse senso comum do nosso povo e que em nada nos ajuda a evoluir como nação. Qual é o interesse de um governo desse tipo, que nega a ciência, que já acusou as universidades de balburdia, agora querer nomear reitores para as nossas universidades públicas? Porque quem banca aquela estrutura somos nós, o povo brasileiro, e a gente não é minoria, a população negra, a população pobre, os trabalhadores, os filhos de domésticas, de porteiros, de garçons. Nós somos a maioria deste País, nós sustentamos este País. Eu ocupei – sou filha da UFRGS, sou formada em Educação Física, licenciada –, no mínimo, seis vezes aquela universidade para a gente conseguir garantir o direito às ações afirmativas, para a gente ter filho de trabalhador, filho de doméstica, pessoas negras, como eu, acessando aquela universidade. A gente que acessar para produzir pesquisa, para produzir extensão, para produzir ensino, para fazer o retorno da pesquisa que é importante para dentro das nossas comunidades, para ajudar o nosso povo a se empoderar, técnica e politicamente, de ocupar aquele espaço, que é um espaço construído e gerido por nós. A autonomia universitária é pilar fundamental. A gente precisa avançar na democracia da UFRGS, avançar no sentido da

paridade, hoje é 70/15/15, os professores têm peso de voto muito maior do que os estudantes, do que os técnicos. Lembro de muita luta que a gente fez para que todos tivessem o voto com o mesmo peso, 33%. E agora, do nada, chega um governo desse tipo, querendo nomear, deslegitimar todo o processo eleitoral que foi construído pela comunidade acadêmica em meio a uma pandemia. Eu acho isso um desrespeito muito grande, muito grande, com todo esse processo que foi construído a base de luta, a base de sufoco, a base de suor pelo nosso povo que, historicamente, estava à parte desses espaços de produção de conhecimento, desses espaços de poder. E agora que a gente começa a acessar de forma organizada, via políticas de ações afirmativas, vem esse governo racista, misógino, que nega a ciência querendo se impor, enquanto ideologia, dentro de um espaço que para nós é muito rico, rico porque é tratar da nossa soberania, rico porque pesquisa, trabalha e batalha para a gente conseguir um futuro melhor para esse povo que sustenta a universidade, que sustenta inclusive o parlamento, que sustenta inclusive os nossos salários, os nossos privilégios. Eu acho um desrespeito gritante, eu acho que a gente tem que protestar, a gente tem que se manifestar, a gente tem que debater sobre isso. Achei bem interessante que no primeiro dia que o reitor foi nomeado pelo Bolsonaro, saiu uma nota no jornal Diário Gaúcho; por que saiu uma nota no Diário Gaúcho, que é um jornal popular, é um diário que o povo compra e acessa as informações por ali? Porque as pessoas da classe pobre estão dentro da universidade e estão refletindo também o que significa essa intervenção desses ideais dentro de um espaço que para nós sempre foi muito precioso, sempre foi um sonho das nossas famílias nos verem dentro desses espaços. Está gerando assunto, as pessoas estão debatendo, acho que mais do que nunca a gente precisa intervir no sentido de debater e de politizar essa dúvida que está colocada no povo brasileiro hoje: qual é a intenção desse governo em nomear reitores para as nossas universidades?

Contem com o apoio da bancada do PSOL, contem com os filhos e filhas da universidade pública, porque a gente entende o valor da pesquisa, da extensão, do ensino para o nosso desenvolvimento econômico e social, para a nossa soberania. Independente de governo – se é governo de esquerda ou se é governo de direita –, não tem que intervir! Tem autonomia, a gente precisa respeitar essas instâncias, e não é porque é o governo Bolsonaro, qualquer governo que fosse fazer uma intervenção desse tipo, a comunidade acadêmica ia gritar, a comunidade acadêmica ia para cima. Acho que a gente tem que estar atento a isso, que também é um legado da universidade pública: um povo que debate política e se posiciona, das terceirizadas da limpeza, aos técnicos, aos estudantes é uma comunidade muito politizada, uma comunidade que sabe dos seus direitos e vai para cima. A gente precisa respeitar a opinião das pessoas, a gente precisa respeitar opinião de quem trabalha, de quem estuda e de quem gere aquele espaço. Nenhum governo tem o direito de intervir na universidade pública. Era isso, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Karen Santos. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Em primeiro lugar, quero deixar um abraço ao Nedel, que está presidindo a sessão neste momento; também aos colegas vereadores e vereadoras, e ao querido e particular amigo Hermes Zaneti. Estou falando aqui em nome do PSB, não sei se o Ver. Paulinho Motorista está conosco, mas posso falar em nome dele também. Tenho acompanhado, vem de longe, as palestras, manifestações e exposições do sempre deputado Hermes Zaneti, aqui em Porto Alegre e em outros locais; quero cumprimentá-lo pelas brilhantes exposições que tem trazido e pelas suas lutas. Quero dizer que o Zaneti, nosso sempre deputado constituinte, deixou muitas marcas enquanto deputado federal e em outros espaços por onde passou. Mas eu quero registrar a sua marca, que eu acredito das maiores, que foi a lei que autorizou, que credenciou jovens acima dos 16 anos a poderem votar neste País. Foi uma inclusão que mereceu uma referência toda especial. Amigo Zaneti, e eu já peço desculpa a todos, mas eu tenho um exame médico agora às 15h45min, portanto, logo mais vou me retirar, desde já sabendo da tua bela manifestação e das tuas posições.

Eu quero registrar, com relação à exposição do Zaneti, que o Brasil, que o Rio Grande do Sul assistiu espantado a definição da escolha do nosso reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que foi o candidato que alcançou o número mínimo de votos. Numa democracia representativa como a nossa, no estado de direito em que vivemos, com a importância que tem para o País a nossa UFRGS, eu acredito que merecia e podia ter sido recaída a escolha em outro reitor, aquele que alcançou mais votos; mas a vida nos prepara essas.

Nós estamos contigo, Zaneti, cientes e conscientes da tua luta, das tuas manifestações, das tuas batalhas em prol do País, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Portanto, Zaneti, um abraço a ti. É bom conversar aqui, mesmo que *on-line*, a distância, dizendo do respeito, da admiração e do carinho que temos pela tua pessoa. Em meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista, em nome do nosso partido, o PSB, eu quero deixar um abraço e, mais uma vez, referir que estamos juntos. Obrigado, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Airto Ferronato. Registramos as presenças da Ver.^a Lourdes Sprenger e do Ver. Marcelo Sgarbossa.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente desta sessão, o colega Ver. Nedel, recuperado da Covid-19.

Quero muito especialmente dar um abraço fraterno no Hermes Zaneti, pessoa que eu admiro muito e tenho, inclusive, muitas vezes, bebido da sua sabedoria em certas orientações. Quero aqui, em nome da liderança do PDT, meu partido, Dr. Hermes, lhe saudar e agradecer pelas sábias palavras. Em meu nome, do Ver. João Bosco Vaz, do Ver. Mauro Zacher e em nome da Frente Parlamentar de Incentivo ao Cooperativismo, quero fazer um agradecimento em nome de todas as cooperativas de Porto Alegre. Eu presido a Frente Parlamentar de Incentivo ao Cooperativismo, juntamente com os vereadores Ferronato, Nedel, Adeli e tantos outros vereadores, e a gente sabe do seu compromisso, em especial, com as nossas cooperativas vitivinícolas e todo o seu esforço em prol do cooperativismo. Quero dizer que é muito importante que tenhamos pessoas com o seu grau de orientação, sabedoria e conhecimento, como deputado constituinte, e tudo o que representa a sua história e a sua caminhada, hoje eu tenho certeza que engrandeceu os trabalhos da Câmara. Fica aqui, também, a nossa manifestação de apreço, respeito e consideração. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. Sr. Presidente, informamos que não temos mais inscritos neste período.

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Eu quero cumprimentar, novamente, o grande professor Hermes Zaneti, agradecer a sua presença entre nós e dizer que estamos sempre à disposição para ouvi-lo, também quero cumprimentá-lo pelo seu imenso trabalho em favor da educação. É um grande prazer revê-lo e agradecemos a sua presença.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Farid Germano Filho está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR FARID GERMANO FILHO (DEM): Diretor Luiz Afonso, muito obrigado; obrigado ao Ver. Nedel, presidindo a sessão; quero cumprimentar a Ver.^a Comandante Nádia, colega do Democratas, pela sua manifestação, pela sua posição com a qual concordo plenamente. E quero aproveitar este espaço de maneira muito rápida, muito objetiva, para fazer um apelo para que todos aqueles vereadores e vereadoras que participam desta sessão possam, nas suas redes sociais, colaborar. Eu recebi hoje pela manhã um apelo da direção do Asilo Padre Cacique, que está com extremas necessidades, como necessidades de alimentos básicos, de leite, de fraldas, de produtos de higiene, de produtos de limpeza para o próprio Asilo Padre Cacique. Então, dentro da possibilidade de cada uma das senhoras vereadoras e cada um dos senhores

vereadores, que possam utilizar suas redes sociais, seus grupos de WhatsApp, enfim, para que as pessoas possam se deslocar até o Asilo Padre Cacique ou ligar para o Asilo Padre Cacique, que o asilo manda buscar na sua residência, no seu escritório, no seu local de trabalho, enfim, aqueles mantimentos tão necessários para as vovós e para os vovôs que precisam neste período de pandemia. Digamos, aquela tragédia em Gramado, naquele asilo, nós não queremos que nada aconteça com este asilo tão exemplar, que é o Asilo Padre Cacique em Porto Alegre. A colaboração, por mínima que seja, é muito grande pela necessidade que todos lá encontram neste momento. Então, ficam aqui o meu apelo, o meu pedido e a minha solicitação da possibilidade de cada um doar um pouquinho para que todos nós possamos doar para que eles tenham uma melhor qualidade de vida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Farid Germano Filho. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Diretor Luiz Afonso, colegas vereadores e vereadoras e Nedel, que retorna, que teve um momento de dificuldade com a Covid, temos o prazer de tê-lo novamente aqui, dirigindo os trabalhos conosco e restabelecido. Quero aqui começar por este tema da saúde. Neste momento, está ocorrendo um ato em frente à Prefeitura Municipal pela postura do prefeito Marchezan em demitir, anunciou hoje a demissão dos mais de 1.200 trabalhadores da saúde, do IMESF, de Porto Alegre. Vários apelos foram feitos, de todas as comunidades, de todos os setores, como o Conselho Municipal de Saúde, deste vereador, de muitos outros vereadores e vereadoras desta Casa, para que a Prefeitura não executasse essa medida de demissão, simplesmente, de todos esses trabalhadores e trabalhadoras, que têm doado a sua vida em prol da saúde de Porto Alegre. Neste momento, todo trabalhador de saúde está doando a sua vida, porque está correndo risco de, a qualquer momento, ser contaminado pela Covid, sendo que muitos deles já sucumbiram a esse vírus, seja médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, nesse atendimento diário que precisam executar. Pois o Prefeito Marchezan não levou em consideração as vozes da Cidade e simplesmente demitiu, passando a acelerar a terceirização do sistema de saúde de Porto Alegre, contrariando, inclusive, a própria Lei Orgânica Municipal e todo o entendimento do Conselho Municipal da Saúde, bem como o controle social do tema da saúde em Porto Alegre. Portanto, nós precisamos refazer a leitura que vem acontecendo em Porto Alegre nos últimos 16 anos, qual seja, a degradação do sistema de saúde; do sistema de educação, e hoje nós temos mais de 210 escolas infantis conveniadas que estão simplesmente paralisadas, porque, unilateralmente, o Prefeito Municipal cortou o convênio existente; da assistência social, com o fechamento dos restaurantes populares, com o aumento significativo dos moradores de rua que, hoje, nós temos mais de seis mil

moradores de rua, com o fechamento dos albergues municipais, com o descaso da política pública municipal, que vem se acentuando nos últimos anos.

Outro tema que quero trazer também é que precisamos retomar com urgência e ter uma unidade de entendimento, certamente com uma nova gestão política da cidade de Porto Alegre, de fazer uma reforma urbana na cidade, com um grande programa de regularização fundiária. Nesse último período, nenhuma habitação nova foi construída, houve muitas ações de despejo, contrariando, inclusive, os ordenamentos jurídicos e os entendimentos de formar um Conselho Judiciário do Rio Grande do Sul, constituído para elaborar mediações, para que as comunidades continuem morando nos locais onde estão, mas vêm sendo autoritariamente usando a força e continuando a retirada dessas famílias, que já vivem há décadas nos locais das suas comunidades. São mais de 750 comunidades irregulares. Nós precisamos retomar a gestão pública, valorizando o funcionalismo público municipal e não colocando as culpas no funcionalismo pelo não funcionamento da estrutura pública, como vem acontecendo, no momento, na cidade de Porto Alegre. O governo municipal anunciou, no início da sua gestão, uma reestruturação administrativa e não acabou essa reestruturação administrativa, fragilizando a gestão da cidade, querendo passar a responsabilidade ao funcionalismo público. A responsabilidade é dos gestores que aí estão e que vêm fazendo o desmonte, seja o desmonte que foi feito nas gestões passadas na Carris, seja o desmonte que está sendo feito, neste momento, no DMAE, Departamento Municipal de Água e Esgoto; e a intenção da lógica do estado mínimo de querer entregar o Estado, de querer vender as estruturas.

Nós já conseguimos barrar o Mercado Público, que é o coração da cidade de Porto Alegre; a Procempa, que é a inteligência da cidade de Porto Alegre; o DMAE, que é o sangue da cidade de Porto Alegre; a Carris, que é as pernas da cidade de Porto Alegre. Nós precisamos reorganizar todo esse processo numa grande aliança com as comunidades, para voltar a fazer uma gestão democrática, participativa e com diálogo na cidade de Porto Alegre.

É isso o que a cidade espera, que possamos nós, aqui da Câmara, construir esse processo de transição. Viva a democracia! E a defesa da Constituição federal sempre. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Comassetto. Não há mais vereadores inscritos em Comunicações. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Transcorrido o período de Grande Expediente sem pronunciamentos. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0025/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 007/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que inclui a efeméride Dia Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Epilepsia – Dia Roxo – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 26 de março. **(SEI 022.00014/2020-63)**

PROC. Nº 0066/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/20, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Remarque Guimarães. **(SEI 024.00078/2019-29)**

PROC. Nº 0239/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 091/20, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que estabelece como essenciais as atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador no Município de Porto Alegre. **(SEI 053.00019/2020-65)**

PROC. Nº 0247/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 094/20, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que estabelece como essenciais as atividades exercidas pelos profissionais de Educação Física nos locais e nas condições que especifica. **(SEI 045.00011/2020-15)**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h20min.)

* * * * *